explicativas: • Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; • Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 17 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 18 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2.018, a Pró-Saúde tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento nas novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também em 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.018	2.017
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	10.635.296	6.175.499
	10.638.296	6.178.499

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.018	2.017
Secretaria Executiva de Saúde Pública (a)	18.381.529	17.777.988
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)	(4.182.000)	(4.182.000)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(2.503.803)	-
	11.695.727	13.595.988

(a) Secretaria Executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 5.248.537,60. (b) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 16). (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, no montante de R\$ 2.503.803, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará.

7. Estoques

Descrição	2.018	2.017
Dietas e fios cirúrgicos	97.250	102.712
Gases Medicinais	16.827	21.273
Materiais de Banco de Sangue	12.289	7.546
Materiais hospitalares de consumo	1.367.637	1.642.191
Materiais hospitalares de reposição	102.986	96.112
Medicamentos	948.547	958.692
Materiais de higiene e Limpeza	283.232	204.466
Materiais de Manutenção	163.044	130.968
Uniformes e enxovais	83	17.333
Demais materiais	168.695	190.881
	3.160.590	3.372.174

8. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

9. Imobilizado, Intangível e Subvenções A Realizar.

a) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2.017 Líquido
Benfeitorias	1.683.965	(243.437)	1.440.528	1.289.762
Instrumentos Médicos Hospitalares	370.815	(91.739)	279.076	298.271
Equipamentos de informática	613.605	(423.346)	190.259	211.139
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitales	4.905.019	(1.734.769)	3.170.250	3.118.778
Móveis e utensílios hospitalares	734.957	(328.720)	406.237	456.498
Móveis e utensílios de escritório	139.572	(28.788)	110.784	89.499
Móveis e utensílios	463.578	(140.423)	323.155	326.915
Adiantamentos a fornecedores	4.565	-	4.565	14.524
Total imobilizado	8.916.076	(2.991.222)	5.924.854	5.805.386
Total do ativo imobilizado	398.974	(129.550)	269.424	21.075
Direito de uso de software				
Total intangível	398.974	(120.550)	269.424	21.075
Total do ativo imobilizado	(3.690.328)	-	(3.690.328)	(4.143.531)
(-) Subvenções a realizar				
Total subvenções a realizar	(3.690.328)	-	(3.690.328)	(4.143.531)

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/17	Adições	Baixas e realizações	Transferências	Saldo em 31/12/18
Benfeitorias	1.473.411	210.554	-	-	1.683.965
Instr. Méd. Hospitalares	356.721	14.045	-	49	370.815
Equipamentos de informática	591.253	83.218	-	(60.866)	613.605
Máquinas e equipamentos Médicos	4.392.521	453.549	(3.290)	62.239	4.905.019
Móveis e Utensílios	426.001	39.490	-	(1.913)	463.578
Móveis, e utensílios hosp.	722.572	12.379	-	6	734.957
Móveis e utensílios de escrit.	106.484	32.993	(390)	485	139.572
Adiantamento a fornecedores	14.524	71.307	(81.266)	-	4.565
(-) Depreciação **	(2.278.100)	(713.122)	-	-	(2.991.222)
Total imobilizado	5.831.027	204.413	(84.946)	-	5.294.854
Direito de uso de software	91.151	307.823	-	-	398.974
(-) Amortização **	(70.076)	(59.474)	-	-	(129.550)
Total intangível	21.075	248.349	-	-	(269.424)
(-) Subvenções a realizar *	(4.143.531)	(323.667)	776.870	-	(3.690.328)
Total Subvenções a realizar	(4.143.531)	(323.667)	776.870	-	(3.690.328)
Total geral	-	129.095	691.924	-	-

continua >